

Um missionário subversivo: o Padre Ibiapina na Revolta do Quebra-Quilos

OLIVEIRA, Noemia Dayana de¹

RESUMO: As tensões sociais da segunda metade do século XIX foram decisivas para a transformação política, econômica e cultural do Brasil, especificamente para as províncias do Norte. As manifestações populares se intensificaram com a Lei de Terras de 1850, da Guarda Nacional e da mudança do sistema métrico decimal, sendo esta última a que deu origem ao movimento do Quebra-Quilos. Foi na Paraíba, na povoação de Fagundes, que os sediciosos se organizaram contra o estabelecimento das novas medidas, decretadas pela lei 1.157 de 1862. Contudo, as reivindicações foram além do novo sistema métrico, atingindo outras discussões como a da *Questão Religiosa*, cujos padres envolvidos foram tidos como incitadores dos Quebra-Quilos. Tendo em vista que era recorrente a participação e a liderança de padres em movimentos sociais dos oitocentos, nosso objetivo nesse estudo é o de analisar a participação do clero no Quebra-Quilos através da figura do Padre Ibiapina, buscando compreender como se deu a atuação desse grupo que aparentemente se tornou contraditória, já que a Igreja e o Estado desfrutavam de uma relação tensa, mas de cumplicidade.

Palavras-chave: Tensões; sociedade; século XIX.

Un misionero subversivo: el Padre Ibiapina en Revuelta do Quebra-Quilos

RESUMEN: Las tensiones sociales en la segunda mitad del siglo XIX fueron decisivos para la transformación política, económica y cultural de Brasil, específicamente a las provincias del norte. Las manifestaciones populares se han intensificado con el decreto de la Ley de Tierra de 1850, la Guardia Nacional y el cambio del sistema métrico, siendo este último el que dio origen al movimiento del rompecabezas Kilos. Fue en Parahyba, en el pueblo de Fagundes, los rebeldes se organizaron en contra del establecimiento de las nuevas medidas, promulgado por la Ley 1157 de 1862. Sin embargo, las reclamaciones fueron más allá del nuevo sistema métrico, golpear a otros debates como la cuestión religiosa, cuyos sacerdotes involucrados fueron vistos como instigadores de Puzzle Kilos. Teniendo en cuenta que se repitió la participación y el liderazgo de los sacerdotes en los movimientos sociales de ocho, nuestro objetivo en este estudio es analizar la participación del clero en Quebra-Quilos por Padre Ibiapina figura, tratando de entender cómo el trabajo tiene que esta grupo, que al parecer se convirtió contradictoria, ya que la Iglesia y el Estado disfrutaron de una relación tensa, pero de complicidad.

Palabras-clave: Tensiones; la sociedad; siglo XIX.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: noemia__oliveira@hotmail.com

A Revolta do Quebra-Quilos ocupa espaços tangenciais nos estudos historiográficos de ontem e de hoje, acarretando reflexões acerca do modo como as produções e as circulações de História Regional ainda se encontram no cenário nacional. As preocupações dos historiadores que garimpam o Quebra-Quilos é de longe a menos vista por conteúdos canonizados na historiografia brasileira. Contudo, essa peculiaridade que rodeia a Revolta não a torna menos importante, principalmente quando articulada com o contexto histórico da segunda metade do século XIX.

Os acontecimentos que envolvem as manifestações dos Quebra-Quilos permitem perceber o quão fragilizada era a realidade do Norte imperial, embora seja preciso fazer considerações que isolem as generalizações, a exemplo da existência de elites açucareiras e algodojeiras que também se levantaram contra o Império, mas viviam em condições sociais privilegiadas. O grupo social que se rebelou contra as novas medidas de aferição era heterogêneo, ou seja, pobres e ricos se sentiram ameaçados com a imposição do Império. Contudo, os principais atingidos foram os populares, que não desfrutavam de atenção pública naquela segunda metade do século XIX. Em termos panorâmicos, a comercialização de produtos que antes se fazia de forma imprecisa, bem representada pela máxima *o homem é a medida das coisas*, a partir da lei imposta em 26 de junho de 1862 (Lei Nº 1.157) passaria a ser feita através do Sistema Métrico Francês.

Diante dessa lei, promulgada em 1862 e com o prazo de dez anos para se tornar totalmente eficaz, comerciantes e compradores (os homens pobres-livres) se sentiram vulneráveis às intromissões do Império, principalmente no que diz respeito a manutenção dos seus costumes, que foram renegados quando esse novo sistema passou a vigorar nos primeiros anos da década de 1870. A imposição imperial perpassou os grupos sociais que lidavam com o comércio, seja pela compra ou pela venda de produtos, o que desenvolveu uma singularidade a Revolta do Quebra-Quilos – a existência de líderes efêmeros, que surgiam mediante as necessidades dos acontecimentos.

Partindo do pressuposto de que a existência desses líderes trouxe para o movimento uma característica peculiar, isto é, a aparição dos mesmos se fazia em meio às manifestações nas feiras, nos cartórios e nas igrejas, sem que houvesse a centralização de um nome ou de uma figura ligada a revolta, os nossos estudos buscaram analisar como se deu a participação do clero na revolta, especialmente a

de um personagem: o Padre José Antônio de Maria Ibiapina, ou simplesmente Padre Ibiapina. Reconhecemos a recorrente participação de padres e líderes religiosos nas revoltas no período imperial, e, diante disso, procuramos compreender qual a atuação desse grupo em meio às reivindicações que, aparentemente, se tornou contraditória, já que a Igreja e o Estado desfrutavam de uma relação tensa, mas de cumplicidade.

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO DA REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS

A historiografia da Revolta do Quebra-Quilos ainda ocupa espaço menor se for comparado a outros acontecimentos da região Sul do Brasil Imperial (compreendido hoje como Sudeste), que recebe tratamento diferenciado entre os estudiosos, responsáveis direta ou indiretamente pela construção de currículos escolares e universitários, promovendo o que se passou naquela região como de relevância nacional. Esse problema vem ganhando visibilidade em proporções consideráveis, principalmente com o surgimento de programas de pós-graduação, espaços viabilizadores de pesquisas regionais articuladas com o contexto nacional e tão importantes quanto às demais para o conhecimento em geral.

A Revolta do Quebra-Quilos possui um *corpus* documental acanhado sobre os seus participantes, devido à ação dos mesmos em destruir as provas que pudessem incriminá-los, geralmente ligadas a oficialidade como os registros policiais, de nascimento, de casamento e outros. Nesse sentido, os relatórios dos presidentes de província, os jornais e os inquéritos judiciais contra os possíveis líderes da revolta são as principais fontes dos estudos sobre o movimento. Mesmo com essa dificuldade, elencaremos abaixo mais ou menos dez estudos desenvolvidos sobre os sediciosos do Quebra-Quilos, sendo eles diferenciados entre si e resultantes das ideias vigentes na época em que foram escritos, prova de que as obras também comportam um caráter histórico e revelam aspectos de seu tempo.

O primeiro intelectual a se debruçar sobre o movimento do Quebra-Quilos foi Henrique Augusto Millet, economista e colunista do Jornal do Comércio durante as últimas décadas do século XIX. Utilizando desse espaço, o escritor desenvolveu análises sobre o movimento, encarado por ele como resultado da crise da lavoura no Norte imperial. Essa situação acentuava as insatisfações populares relacionadas às transformações vividas nos últimos anos do Império, como por exemplo, o alistamento militar obrigatório, a Lei de Terras de 1850 e a imposição do novo

sistema métrico decimal. Para Millet, a crise da lavoura havia começado em 1872 e não se limitava aos produtores, que

Por ocasião do Quebra-Quilos consumiam seu próprio capital ou viviam à custa de empréstimos. Gastos limitados ao indispensável e redução do braço livre impunham-se a quase todos os produtores, com suas inevitáveis projeções sociais, porém eram sobretudo os pequenos engenhos, aqueles que eram obrigados a recorrer a “alugados” para os trabalhos de roçagem, plantação e limpa, corte e transporte do açúcar, os que sofriam, mais agudamente, os efeitos da recessão. (MILLET, *apud* MAIOR, 1977, p. 66-67)

O declínio econômico da produção agrícola vivenciado pelos contemporâneos de Henrique Millet, o fez acreditar que essa seria a causa propulsora das diversas movimentações vividas no império, especialmente nas províncias do Norte. Nesse sentido, ele minimizava a possibilidade das influências religiosas ou políticas na revolta, uma vez que esses segmentos sociais não se atreveriam a travar luta contra o governo. Vale salientar que as críticas feitas por Millet ao Império não subtraíam a sua oposição ao Quebra-Quilos, segundo ele a repressão do governo contra os rebeldes era a solução para restabelecer a ordem. Apesar disso, atribui-se ao colunista a primeira indagação sobre as origens do movimento, que relacionadas à sua época e ao seu lugar social, voltava-se para a pergunta: “Por que o nosso homem do campo, cerimonioso e respeitador, em virtude dos condicionamentos a que foi submetido secularmente, levantou-se sem motivos concretos, objetivos, ao aceno de agitadores sem prestígio social?”. (MILLET, *apud* MAIOR, 1977, p. 69)

O segundo estudioso do Quebra-Quilos é Simão Patrício Netto, o qual teve sua publicação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), no ano de 1928, sob o título *A Sedição do Quebra-Kilos: Episódio sobre o levante envolvendo os municípios de Areia e Alagoa Grande*. Simão havia sido vereador pela cidade de Areia alguns anos antes da sedição, portanto, contemporâneo aos fatos assim como Henrique Millet. Integrante da primeira geração de homens letrados da IHGP, ele não fugiu a regra ao escrever um artigo que valorizava os grandes nomes das cidades supracitadas, bem como de marginalizar o movimento, nomeando os participantes de “povo atrasado”.

O principal motivo da revolta, segundo Simão, era o estabelecimento do novo sistema métrico decimal, que tinha como objetivo a substituição das antigas medidas usadas por comerciantes, ou seja,

[A] vara com bitola de cinco palmos, feitas em oitavados de madeira, de preferência a sucupira e o frei-jorge, facilmente aferível a mão de cada qual; como a libra de 450 gramas equivalente ao peso de alguns dobrões de quarenta réis, – o popularíssimo gabão de cobre, e com as indefectíveis e imutáveis tigelas portuguesas. (NETTO, 1928, p. 68)

A manutenção dessas medidas de aferição representava para o autor o direito consuetudinário dos populares, cujos costumes eram parte constituinte de um cotidiano adquirido e cultivado há muito tempo. A interferência do Estado ao promulgar uma lei como a de 1862 era sinônimo, antes de qualquer coisa, da destruição desses costumes, arraigados nas práticas do dia-a-dia dos populares. Apesar disso, Simão reconheceu no seu estudo as outras causas da revolta, embora, segundo ele, tivessem um papel coadjuvante na irrupção do movimento. Os revoltosos não aceitavam o novo sistema métrico e mesmo que outras questões os rodeassem nenhuma delas era de tamanha injustiça como a da imposição do novo sistema métrico decimal.

Seguindo a geração do IHGP, registramos uma pequena menção ao movimento do Quebra-Quilos por Horácio de Almeida em seu livro *Brejo de Areia*, local em que por muito tempo trabalhou como advogado municipal. Publicado pela primeira vez em 1957, o livro teve a pretensão de fazer uma história da cidade de Areia, palco de algumas manifestações dos sediciosos, assim como foi mencionado anteriormente. Almeida afirmava que muitas foram às causas associadas ao movimento, “entre as quais o sistema métrico decimal, [...] o aumento de impostos provinciais, a lei do alistamento militar e por fim o fanatismo religioso” (ALMEIDA, 1980, p. 93), insistindo nessa última como responsável “decisivamente no ânimo dos rebeldes” (Idem).

A tese do jurista se sustentou a partir dos acontecimentos ocorridos entre a Igreja e o Estado, que desde 1872 se encontrava em difícil diálogo devido à relação de alguns personagens católicos contra a Maçonaria². Na Paraíba existiam alguns párocos expressamente a favor da causa e defensores dos ideais de Dom Vital e Dom Macêdo Costa, patronos do catolicismo ultramontano. Esses nomes são os de Calixto da Nóbrega, vigário de Campina Grande, e Padre Ibiapina, missionário dos sertões do Norte imperial. A partir da prisão dos bispos acontecida alguns meses

² O conflito ficou conhecido como *Questão Religiosa*, o qual teve seu ponto máximo nas prisões de dois bispos: Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (de Pernambuco), preso em 02 de Janeiro de 1874 e Dom Antônio de Macêdo Costa (do Pará), preso em 28 de Abril de 1874.

antes das primeiras manifestações dos Quebra-Quilos, o autor insistiu nesse fato como causa motriz da revolta, cujo fanatismo religioso incitou os rebeldes a se manifestarem contra o Governo e as mudanças estabelecidas por ele.

Utilizando de detalhes do evento, Horácio de Almeida distorce os fatos e faz uma leitura sobressaltada dos acontecimentos que levaram os manifestantes a se rebelarem no final de 1874. A relação do Vigário Calixto e do Padre Ibiapina realmente existiu, a prova é a de que após uma visita ao bispo Dom Vital durante a Questão Religiosa, Calixto convida Ibiapina a promover missões na cidade de Campina Grande em 1873.

Seguindo a revisão bibliográfica, o próximo estudo publicado sobre o Quebra Quilos foi o do Geraldo Ireneo Joffily, intitulado *O Quebra-Quilo: A Revolta dos Matutos Contra os Doutores – 1874*, publicado em 1977. Igualmente aos outros estudiosos, Joffily acreditava que a Questão Religiosa não era a causadora do movimento, mas sim as outras transformações que ocorreram a partir de 1870, provocadas pelos donos do poder, os “doutores” como os chamavam os populares. A situação de desconforto gerada pelos impostos, recrutamento militar obrigatório e, principalmente, a mudança do sistema métrico decimal, foi enfatizado pelo escritor como responsáveis pela revolta dos matutos contra os doutores. De todos os aspectos ressaltados, o inovador foi o de fazer referência a presença de escravos na revolta, que buscavam sua liberdade por meio da recente Lei do Ventre Livre de 1871.

Um ano depois dessa publicação, o professor Armando Souto Maior publicou o livro *Quebra-Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império*, um dos mais conhecidos em meio a suas produções acadêmicas. Influenciado pelas categorias marxistas³, bem como da tradição positivista, com a qual teve contato através da sua associação com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o autor demonstrou que a revolta não poderia ser entendida como um fenômeno social isolado, os quebra-quilos tinham raízes espalhadas por todo Nordeste sendo suas reivindicações, de certa forma, nacionais, já que representavam toda uma estrutura em transformação (MAIOR, 1978). Partindo dessa constatação, o autor não desconsiderava as questões levantadas em outros estudos, embora afirme que elas

³ Categorias presentes em estudos como *Rebeldes Primitivos* (1959) e *Bandidos* (1969) do historiador Eric Hobsbawm, cujas reflexões acerca das manifestações populares pré-políticas e/ou arcaicas.

sejam resultantes de um processo político defasado, que buscava se sustentar em meio às agitações sociais. Nesse estudo, o aumento de impostos é o principal motivo da revolta, aspecto que aparece também em outros momentos da história do Brasil, como a Revolta de Beckman no Maranhão de 1684 e a Balaiada, também no Maranhão, entre 1838 e 1841, ambas mencionadas pelo autor.

Hamilton de Mattos Monteiro em a *Revolta do Quebra Quilos* (1995) também se debruçou sobre a crise econômica do Nordeste em 1870 e, conseqüentemente, as reações populares advindas desse fato. Nos estados do Norte imperial, as mudanças do sistema métrico decimal agravaram a fúria dos populares, que reconheciam no Governo a maior causa de seus males. Para Monteiro (1995), o motivo que ocasionou a revolta do Quebra-Quilos foi a crise econômica, que se tornava insustentável com o fim de instituições genitoras para o Império, como por exemplo, a escravidão. Guardada as devidas proporções, ele se aproxima significativamente do estudo feito por Joffily (1874) para entender o Estado a partir da compreensão dos populares, isto é, para eles a elite da época representava o poder e também as leis. Ambos acreditam que foi a ira pela elite que incitou a revolta do quebra-quilos, uma vez que os revoltosos não possuíam uma visão política e social suficientemente aguçada para entender que as novas medidas da segunda metade dos oitocentos não advinham apenas da aristocracia, mas do Império.

Mais recentemente surgiram outros estudos sobre a revolta do Quebra-Quilos enfatizando outras questões do movimento, viabilizado pela acessibilidade a outras fontes, como as plataformas digitais e outros meios informatizados; além da introdução de outras concepções historiográficas nos meios acadêmicos, que atribuíram leitura diferenciada as fontes já vistas e estudadas. Entre as monografias, dissertações e teses desenvolvidas através da expansão dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras a partir do ano 2000, reconhecemos aquelas que ganharam publicações, a saber: em 2006 o professor Luciano Mendonça de Lima publicou sua dissertação intitulada *Derramando Susto: Os Escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande*; em 2011 professora María Verónica Secreto publicou sua tese *os (Des)medidos: A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*; e finalmente, a historiadora Viviane de Oliveira Lima publicou em 2012 *Revoltas do Quebra Quilos: Levantes populares contra o sistema métrico decimal*. A primeira se reporta a participação de escravos no levante; a segunda a mudança do sistema métrico decimal e a resistência dos populares para incorporá-la no seu

cotidiano; e a terceira se volta para a construção de uma economia moral, ligada às tradições métricas. Vale ressaltar que a revolta do Quebra-Quilos vem ganhando outros estudos que⁴ não a isolam em uma manifestação social de cunho regional, fator este que tem contribuído para a sua inserção em contextos históricos mais gerais, do fim Império e do movimentado século XIX no Brasil.

Ao fim dessa primeira parte do estudo sobre o Quebra-Quilos, importante pela sua dimensão e compreensão acerca das produções existentes sobre a revolta, passaremos agora a vislumbrar o cenário da Paraíba, que deu origem e foi palco de várias manifestações dos sediciosos. Iremos nos concentrar na participação do religioso Padre Ibiapina, que esteve em Campina Grande no mês de Setembro de 1873, mais ou menos um ano antes do surgimento das manifestações dos Quebra-Quilos. Essa passagem pelas terras campinenses, proporcionada pelo convite do vigário Calixto da Nóbrega, resultou na indicação de seu nome para prisão, fato oriundo das decisões de autoridades, mas que não se concretizou. Diante disso, procuraremos descobrir quais foram às ações do padre em suas missões na cidade que resultaram nessa decisão, bem como o procedimento que se deu para que a prisão não se efetivasse.

A QUESTÃO RELIGIOSA NA REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS

O movimento do Quebra-Quilos esteve inserido num cenário de lutas e manifestações sociais do Império, cujos sinais de declínio começavam a surgir na segunda metade do século XIX. O imperador D. Pedro II não desfrutou de tempos tranquilos durante o seu governo, embora o seu perfil político não se associasse ao de seu pai, ambos não estavam de todo distante, já que representavam a manutenção de interesses da elite em detrimento dos populares. A elite e o trono se associavam à Igreja, instituição que vivia sobre o sistema de padroado⁵ desde a independência, em 1822. Esse sistema de nomeação dos padres e dos bispos gerava descontentamento entre a sociedade clerical, fato que se agravou principalmente a partir da década de 1870, ao surgir o embate decisivo no interior da

⁴ Por exemplo, os trabalhos de Viviane de Oliveira Lima – *Revolta dos Quebra-Quilos: Levantes populares contra o sistema métrico decimal* (2012) e o de Maria Verónica Secreto – *(Des)medidos: A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)* (2011).

⁵ O sistema de padroado significava a submissão do clero pelo Estado, ou seja, quem nomeava os padres para as paróquias e os bispos para as dioceses era o imperador, inicialmente D. Pedro I e, posteriormente, D. Pedro II.

igreja brasileira – a *Questão Religiosa* –, que gerou perseguição aos padres que estivessem direta ou indiretamente ligados a maçonaria.

Em âmbito mundial, a Igreja Católica conheceu um novo nome papal anos depois do golpe da maioridade⁶, isto é, em 1846 Pio IX assumia o poder de Roma e só o deixaria em 1878. A publicação da sua encíclica denominada *Quanta Cura* (1864), acompanhada do documento *Syllabus errorum* tornou-se conhecido pela aversão da igreja ao liberalismo e as outras ideologias emergentes na segunda metade do século XIX, expressões que se personificaram em alguns grupos, como por exemplo, a maçonaria. Homens de posse e de visibilidade sociopolítica eram maçons, incluindo alguns padres e os dois imperadores brasileiros. Esse processo gerou conflitos a relação Igreja-Estado. Atrelado a isso, o sistema de padroado se sustentava à duras penas, situação que fez surgir dentro da igreja uma cisão, de um lado os padres *regalistas*, de outro lado os padres *ultramontanos*.

A *Questão Religiosa* teve início na solenidade promovida pela sociedade maçônica do Rio de Janeiro em 1872, que tinha o intuito de comemorar a aprovação da Lei do Ventre Livre. Figuras políticas e religiosas estiveram presentes, a exemplo do padre Almeida Martins que foi orador e alvo de censura pelo bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, pois este já se encontrava ligado ao combate de padres maçons:

[...] não gostando nada da participação eclesiástica neste evento, chamou o padre Martins em particular para ponderar-lhe que ele não podia ser padre e maçom ao mesmo tempo. O padre, recusando a atender a tais ponderações, teve então as suas ordens suspensas pelo bispo. (SOUZA, 2013, p. 50)

Diferentemente do que muitos afirmam a *Questão Religiosa* não teve seu início com a prisão dos dois bispos nortistas, D. Vital e D. Macedo Costa. O episódio mencionado com o padre Martins no Rio de Janeiro proporcionou a publicidade da insustentável aliança entre Igreja e a Maçonaria. Agravado o conflito com a prisão dos bispos de Pernambuco (D. Vital) e do Pará (D. Macedo) em 1874, algumas províncias do Norte, coincidentemente ou não, se rebelaram em Novembro do mesmo ano num movimento que ficou conhecido como Quebra-Quilos. Nos jornais, a notícia da revolta se atrelava a crítica aos presidentes de província:

⁶ O Golpe da Maioridade foi um jogo político incitado pelos liberais que tornou legítima a maioridade do jovem imperador Pedro de Alcântara, conhecido depois como D. Pedro II. Tal decisão foi legitimada pelo Senado em meio às revoltas que se alastravam entre 1831 e 1840, todas de cunho separatista. Essa data marca o fim do período regencial vivido desde a abdicação de D. Pedro I em 1831, sendo quatro as regências que dominaram o Brasil por esses nove anos: a Provisória Trina, a Permanente Trina, a Una do Padre Feijó e a Una de Araújo Filho.

Um reflexões sobre o movimento do interior, conhecido, diz o Sr. Lucena, com a irrisória denominação vulgar de *quebra kilos*. O que entenderá o Sr. Lucena por irrisório? É irrisório para o Sr. Lucena um nome, que o povo da a uma coisa, quase sempre, como agora acontece, com grande propriedade, com a concisão mais enérgica. [...] E até aqui nada se sabe do relatório do Sr. Lucena, senão que a província tem tido *grande progresso moral e material...* Isto é que é irrisório, Sr. Lucena [...] Sempre o espaldeirador de 16 de maio, sempre o servil copista da pastoral de D. Vital. (A PROVÍNCIA, 1875)

Na Paraíba a lógica era a mesma:

Portador chegado no dia 5 deste mês, trouxe-nos a grave notícia de que houvera um grande conflito, na povoação de Fagundes, do termo de Campina Grande, em que o povo e a polícia, em consequência dos *novos impostos*, que, corre ali, foram lançados pela assembleia provincial, o S. Exc. o Sr. Dr. Silvino Elvídio, presidente desta província, da qual resultaram muitos ferimentos, e copiosa derramamento de sangue. Não é possível, a serem verdadeiros os impostos, que se diz foram lançados que não excitam eles vivas relutâncias, e quiçá sérias desordens, porque vão agravar de modo esmagador a pequena indústria e a pequena propriedade já tão sobrecarregadas. S. Exc. o Sr. presidente deve fazer publicar o orçamento, para, caso sejam falsos os boatos que correm, desvanecer as apreensões do povo assustado com a perspectiva de ônus superiores as suas forças. Vença S. Exc. o medo que lhe inspiram os artigos deste jornal sobre finanças, eleve-se sobre si mesmo, e poupa a seus patrícios, se pode, outras e idênticas calamidades como a que acabamos de noticiar. (O DESPERTADOR, 1874, p. 2)

Na primeira notícia o jornal pernambucano faz críticas ao presidente Henrique Pereira de Lucena e ao bispo de Olinda, na época já livre da prisão. O segundo noticiário, reconhecidamente liberal e opositor do governo do presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o Quebra-Quilos é mencionado alguns dias depois de sua primeira manifestação na povoação de Fagundes. Ambos são expressamente resultados de seu tempo e dos sujeitos que os utilizavam para tecer críticas ou elogios ao governo, ao clero, a elite, as revoltas ou qualquer fato do cotidiano dos oitocentos. Contudo, há que se considerar que o jornal *A Província* critica o governo, reconhecendo-o como cópia dos mandos do bispo D. Vital, colaborando para que entendamos mais a frente a associação do clero com as classes dominantes.

Na busca por minimizar as devidas responsabilidades políticas, sociais e econômicas, os presidentes de província se pronunciaram em relação ao Quebra-Quilos como um movimento incitado por religiosos, fazendo com que as reivindicações pela diminuição do preço dos impostos, a manutenção do sistema de pesos e medidas e a reelaboração da lei de recrutamento militar fossem deixadas de lado. Silvino Elvídio descreve o ocorrido no relatório de província de 1875

Esta província, que sempre se distinguiu em todas as épocas pelo seu conhecido espírito de ordem e respeito às autoridades, em Novembro do ano próximo passado (1874) foi vítima, em diversos municípios, das ciladas dos agitadores, e fanatismo religioso, sob o pretexto dos impostos provinciais e leis do alistamento do exército e armada e do sistema métrico decimal. Com uma população em grande parte ignorante, e cheia de preconceitos, não soube dar o devido apreço às doutrinas anárquicas e perigosas, que a mãos largas espalhou a imprensa facciosa somente para contrariar as vistas benéficas e patrióticas do Governo Imperial, que sempre e invariavelmente tem sido observadas pelo seu delegado. Graças ao zelo e atividade do patriótico gabinete de 7 de Março, não se fizeram esperar nesta província as suas sábias providências, que foram bem compreendidas e aproveitadas, de modo que dentro em poucos dias estava restabelecida por toda a parte a ordem e tranquilidade pública, o respeito a lei e as autoridades constituídas [...] Tenho consciência de que procurei desenvolver, quanto me foi possível, aquelas qualidades indispensáveis em situação tão melindrosa, tomando como juiz severo de minha conduta a todos os homens honestos da província sem diferença de cores políticas. (CUNHA, 1875, p. 4-5)

Político reconhecidamente conservador, Silvino Elvídio tornou-se reconhecido por utilizar forte repressão contra os Quebra-Quilos. Dos nomes apontados como lideranças e envolvidos do movimento, o presidente atuou de maneira definitivamente incontestável, a qual resultou em agressões, como o caso do colete de couro, instrumento que fora recém-utilizado na Guerra do Paraguai e trazido pelo coronel Severiano da Fonseca para extinguir a ameaça da revolta.

Empenhados no restabelecimento da ordem por meio de muita violência, as autoridades investiram na apuração dos fatos acerca dos envolvidos, cujos nomes das possíveis lideranças ganharam maior atenção, uma vez que o reconhecimento de todos os indivíduos seria impossível. A insistência por manter os nomes dos religiosos Padre Ibiapina e vigário Calixto da Nóbrega como líderes do Quebra-Quilos rendeu a atribuição de fanatismo religioso aos sediciosos e a prisão deste último. A absolvição do vigário não demorou a acontecer, pois este encontrou no clero e no juiz da Comarca de Campina Grande, Ireneo Joffily, o apoio que precisava. Já o missionário cearense, embora reconhecido por alguns como “pregador de doutrina subversiva” (ALMEIDA, 1980, P. 94) que eram acolhidas e respeitadas pelos rebeldes, não chegou a ser preso, mas fora alertado pelas autoridades do risco que estava correndo se insistisse em agir como “rebelde”. Nesse sentido, se faz necessário esclarecer qual tipo de participação tiveram esses clérigos, em especial o Padre-Mestre Ibiapina. Para isso, tomamos informações acerca da formação política e religiosa do mesmo presente em escritos e correspondências de sua autoria ou daqueles que o acompanharam, visando

perceber os discursos e as atitudes lhe foram atribuídas como incitador da revolta do Quebra-Quilos.

O missionário José Antônio de Maria Ibiapina nasceu próximo a cidade de Sobral, no Ceará, em 1806. Sua formação intelectual se deu na Faculdade de Direito do Recife, a qual resultou numa vida profissional agitada, desempenhando funções como as de advogado, juiz de direito, chefe de polícia, deputado federal e (somente aos 47 anos de idade) vigário-geral da diocese de Olinda. A originalidade das suas missões se deu a partir do método, que combinava trabalho e evangelização nas Casas de Caridade, instituições organizadas por ele (OLIVEIRA, 2016). Devido a curiosa decisão de percorrer os sertões do Norte imperial, o peregrino da caridade se distanciou dos *modos operandi* da Igreja Oficial, a qual começava a se voltar para o processo de romanização. O comportamento de Ibiapina incomodou autoridades eclesiásticas, desde a fundação das Casas de Caridade em 1860, até a sua morte em 1883, quando deixou essas obras sob a condução de mulheres leigas, inviabilizadas de operar dentro de instituições católicas, devido os recém-estabelecidos pressupostos da romanização. Ao longo dos anos de missão, os sermões que o padre Ibiapina proferia ficaram conhecidos por irem de encontro aos interesses dos privilegiados. Sabe-se apenas que em 1870 ele perdeu a posse das Casas de Caridade do Ceará, as quais foram assumidas pelo bispo Dom Luís Antônio dos Santos.

Conferidas algumas informações sobre a vida do Padre Ibiapina, direcionaremos agora a nossa atenção as mobilizações da década de 1870, mencionado por uma das beatas, que ficou registrado nas Crônicas das Casas de Caridade

No dia 8 de dezembro de 1874 estava meu Pai bem tranquilo em companhia de suas queridas filhas e com a assistência de grande número de pessoas que concorriam para ouvir os discursos e as cenas [teatrais] que nesse tempo se apresentavam (...) quando uma pessoa, chegando até o salão onde estava meu Pai, prostrou-se, pediu a bênção e entregou-lhe uma carta. Meu Pai recebeu a carta, leu-a, porém não se perturbou, e todo confiado em Deus não quis interromper o ato. Ali mesmo pediu papel e tinta e respondeu à carta. (...) “Minhas filhas, vocês não se perturbem com o que vou dizer, porque eu estou conformado e só quero o que Deus quiser. Agora recebi uma carta, dizendo-me que me acautelasse, porque queria prender-me, porém eu não tenho onde me esconder a ainda que tivesse não me esconderia, porque se me prenderem estou muito consolado, pois é pelo amor de nosso bom Deus que tudo mereço”. (TEIXEIRA, 2008, p. 119-120)

Mais adiante a autora narra outro episódio acontecido em Arara, cidade onde faleceu o missionário

Tendo-se passado alguns dias depois desta primeira notícia, estando todas nós reunidas na capela para rezar o Ofício Divino, eis que chega uma pessoa com esta notícia: “Acola vem uma tropa que se encaminha para cá”. Todas nós pensávamos ser a tropa que tinha prender nosso bom Pai. Oh! Que sobressalto não foi o nosso! (...) alguns dias depois, apareceu uma que chegou até a povoação de Arara, porém com outros desígnios, ainda que mostrassem ter aversão a meu Pai e à Caridade. Contudo Deus não permitiu que ela tivesse poder para nada. E assim se foi embora, deixando-nos em paz, graças a Deus que tudo faz com o seu poder. (TEIXEIRA, 2008, p. 121-122)

Datado de 1874 e 1875, a escrita dessas crônicas intituladas de *Segue-se o infausto parágrafo do quebra-quilos* é de autoria de uma mulher, que não se sabe o nome, pois ela só revela o seu sexo por meio do uso dos artigos femininos presentes na escrita. Esses documentos podem ser reconhecidos como verdadeiros relatos sobre as missões de Ibiapina, as quais expressam o seu cotidiano durante mais de vinte anos. Especialmente nesse relato, percebe-se a situação de risco em que estava o missionário motivado pelas especulações de incitar o movimento do Quebra-Quilos um ano antes, quando esteve em Campina Grande.

Numa correspondência enviada para o Capitão Lobo, regente das Casas de Caridade do Ceará após o afastamento do padre Ibiapina, fica claro que ele sabia o motivo das perseguições a que estava sendo vítima:

Ilustríssimo Senhor Capitão Lobo,
Recebi a preciosa carta de Vossa Senhoria, e muito lhe agradeço o generoso tratamento que deu às minhas filhas em visitas as Casas de Caridade de Cariri: graças a Deus.
Lutamos infelizmente com a maçonaria, que tem decretado a prisão, perseguição aos Padres Católicos, que se pronunciaram contra ela em favor da religião não podia eu por isto ser esquecido.
Tive aviso de ser preso, mas isso ainda não se realizou, pelo abalo que causou no povo; contudo estou tranquilo em sofrer por Deus a prisão ou a morte...
(IBIAPINA, 1874)

Padre Ibiapina não se ausentou da Paraíba mesmo com as perseguições que sofria, motivadas pela sua luta contra a maçonaria. Nesse contexto, os discursos que se voltavam contra os maçons atingiam aos poderosos ligados ao governo, mais especificamente ao Império. O ultramontanismo se utilizou das movimentações do Quebra-Quilos para fomentar a sua luta, já que as duas causas se fundiam em alguns quesitos. Ao mesmo tempo em que os pobres lutavam por melhores condições de vida, os padres lutavam contra os maçons, que na sua maioria eram os mesmos sujeitos que ditavam as regras a favor dos seus

interesses. Os pobres viram na aliança com a igreja a saída para se manterem protegidos dos problemas com a polícia e com o governo. Depois de minimizadas as ações dos Quebra-Quilos, o medo da prisão ainda permanecia

Irmã Superiora, Deus a abençoe e as suas filhas.

Recebi sua carta e sinto a aflição que sofre com a falsa notícia de minha prisão: o inimigo é o autor dessas notícias para perturbar os espíritos da gente da Caridade; mas o demônio está no seu ofício de ser o pai da mentira.

Eu estou em paz, nem tenho motivo de temer com razão algum mal, mas se acontecer qualquer coisa conta mim, não se perturbem, porque por Deus será permitido para bem da nossa alma... (IBIAPINA, 1875)

As informações sobre o movimento do Quebra-Quilos afirmam que as mais significativas intervenções foram feitas em 1874, mas não se esgotaram aí, tendo adentrado o ano de 1875, e há estudiosos que defendem resquícios no ano de 1876. Contudo, reconhecemos as proporções dos primeiros meses da irrupção da revolta, devido a propagação que tomaram nos jornais, obviamente pelos interesses de quem vinculava as informações, mas também pelo forte impacto que tiveram nas províncias que atuaram os sediciosos. Em meio a esses acontecimentos, o Padre Ibiapina e seus fiéis continuaram temendo a efetivação do mandato de prisão, pois ela representava para os a interrupção do seu apadrinhamento nas Casas de Caridade. Na carta transcrita, a irmã superiora de Pocinhos parece ter sido acometida por essa aflição, de perder o Padre-Mestre e com ele a proteção e o respeito social adquirido pelo trabalho desenvolvia. Esse tipo de relação social abriu portas para muitas mulheres sertanejas que não tinha sequer letramento, mas gozaram de oportunidades intrinsecamente ligadas a figura do seu promotor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do Padre Ibiapina se confunde ao dos revoltosos do Quebra-Quilos, e ao que se sabe, se efetivaram apenas nos discursos provenientes da sua inclinação contra os maçons, os quais estavam diretamente ligados ao poder, principal inimigo dos pobres. As reivindicações exigidas pelos rebeldes se irmanaram na luta da Igreja contra a maçonaria, uma luta que se caracterizou também pela revolta contra os doutores. Contudo, os grupos dos rebeldes e dos religiosos se distanciaram por terem constatado divergências nas suas motivações, embora seja preciso reforçar a traição que sofreram os revoltos por parte dos padres, especialmente do vigário Calixto da Nóbrega, responsável por agir junto a polícia para desvendar os quebra-quilos. Vale salientar que ambos os católicos

estiveram distantes do cenário da revolta quando da sua efervescência e mais tarde o vigário Calixto preso e o padre Ibiapina em refúgio religioso, realizando missões em povoados distantes do foco dos acontecimentos.

A importância de reconhecer o prestígio e a persuasão que tinham os dois padres frente ao público revoltado não implica necessariamente afirmar que os pobres tenham sido completamente manipulados, uma vez que não mantiveram fidelidade ao discurso religioso quando este se mostrou incompatível com as intenções reais do movimento, como a manutenção dos pesos e medidas, a suspensão do recrutamento militar obrigatório e a diminuição de impostos. Padre Ibiapina e o vigário Calixto tinham a intenção de lutar contra a maçonaria, mas sem se comprometer com as autoridades locais e/ou nacionais. Devido a isso, o padre Ibiapina que possuía respeito por parte dos homens de poder e/ou governo, não teve sua prisão efetivada, inclusive porque ela provocaria mais problemas, além de comprometer mais a imagem pública dos governantes perante seus subordinados.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ALMEIDA, Horário de. *Brejo de Areia*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. *A Missão Ibiapina*. Passo Fundo: Bertheir, 2008.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. O Padre Ibiapina: Um Homem Que Viveu e Morreu Pelo Seu Povo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 43, fasc. 169. Rio de Janeiro: Março de 1983, p. 103-133.

HOORNAERT, Eduardo. *Crônicas das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

JOFFILY, Geraldo Irineo. *O Quebra-Quilos – A Revolta dos Matutos Contra os Doutores (1874)*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1977.

LIMA, Luciano de Mendonça. *Derramando Susto: Os Escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

LIMA, Viviane de Oliveira. *Revolta dos Quebra-Quilos: Levantes populares contra o sistema métrico decimal*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

MAIOR, Armando Souto. O Quebra-Quilos e a Economia Nordestina. *Clio* – Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Nº 1. Recife: 1977.

_____. *Quebra-Quilos: Lutas Sociais no Outono do Império*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

MARIZ, Celso. *Ibiapina, Um Apóstolo do Nordeste*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Revolta do Quebra-Quilos. São Paulo: Ática, 1995.
PATRÍCIO NETTO, Simão. A sedição dos quebra-kilos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, vol. 6, 1928. p. 65-71.

OLIVEIRA, Noemia Dayana de e MONTENEGRO, José Benjamim. Faces de Caridade ou de Contestação? A luta contra o desamparo feminino nas Casas de Caridade Fundadas Pelo Padre Ibiapina. *Mnemosine Revista*, vol. 7, n.1. Campina Grande: jan/abr de 2016. p. 216-226.

SECRETO, María Verónica. *(Des)medidos: A revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SOUZA, Janderlan Alex Guimarães. *Um olhar sobre o aspecto político-religioso do Quebra-Quilos: Entendendo as ações dos populares a partir do conflito entre Igreja Católica e Maçonaria na Província da Parahyba (1874-1875)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2013, 65p.

VERAS, Elias Ferreira. *O Echo das Maravilhas: O jornal A Voz da Religião no Cariri e as missões do padre Ibiapina no Ceará (1860-1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

Fontes

A PROVÍNCIA, 04 de mar. de 1875.

JORNAL O DESPERTADOR, 07 de nov. de 1874.

CUNHA, Silvino Elvídio Carneiro da. *Relatório do Presidente da Província da Parahyba*, 7 de ago. de 1875. p. 4-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/602/>. Acesso em 04 de maio de 2015, às 09h50min.